



PROJETOS DE CAPACITAÇÃO
IN COMPANY

**PROJETO VII – COMO FISCALIZAR E GERENCIAR OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –
COMPRAS, SERVIÇOS CONTÍNUOS E OBRAS DE ENGENHARIA**



Curso 1:

**ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**

Carga horária: 24h



Curso 2:

**RESCISÃO DO CONTRATO, APLICAÇÃO DE SANÇÕES E
A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR
AÇÕES E OMISSÕES E A LEI ANTICORRUPÇÃO**

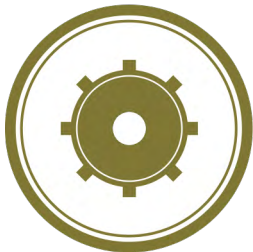
Carga horária: 16h



Curso 3:

**COMO FISCALIZAR DE FORMA EFICIENTE OS CONTRATOS
DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A IN Nº
05/17**

Carga horária: 24h



Curso 4:

**COMO FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Carga horária: 24h



Curso 5:

**OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA VISÃO DO TCU
E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

Carga horária: 24h

Obs: Caso os participantes de todos cursos sejam os mesmos, será necessário readequar alguns aspectos do programa que são tratados em mais de um dos cursos abaixo relacionados.



Curso 1:

ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer as principais razões e os fundamentos para alterações de objeto (qualitativas e quantitativas), prazo (prorrogações dos prazos de execução e vigência) e valor (revisão, reajuste e repactuação) dos contratos administrativos de compras, obras, serviços e Sistema de Registro de Preços.
- Formalizar e instruir adequadamente os procedimentos de alterações contratuais de objeto, prazo e valor.
- Discutir e solucionar situações práticas que envolvem as alterações de objeto, de prazo e de valor nos contratos administrativos.
- Identificar vícios e irregularidades comuns cometidos pela Administração nos aditivos contratuais e as melhores práticas para evitá-los, assim como eventuais apontamentos e responsabilizações.
- Conhecer os entendimentos do TCU e dos tribunais superiores.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Solução das questões polêmicas de acordo com o TCU e os tribunais superiores
- Melhores práticas e *checklists* para fiscalização e acompanhamento eficiente dos contratos
- Alterações unilaterais e por acordo – Cabimento e limites – Entendimentos do TCU
- Alteração quantitativa – Base de cálculo – “Valor inicial atualizado do contrato”
- Acréscimos, supressões e alterações qualitativas em contratos decorrentes de dispensa e inexigibilidade
- Aplicação do percentual de 25% em serviços contínuos, itens e lotes
- Erros na definição do objeto e no projeto e alterações contratuais
- Responsabilidade do fiscal do contrato e da autoridade nas alterações do projeto
- Hipóteses para prorrogação dos prazos de execução e de vigência
- Prorrogação da vigência dos contratos de serviços contínuos – Procedimento previsto na IN nº 05/17
- Não formalização da prorrogação – Consequências na relação contratual
- Reajuste, repactuação e revisão – Diferenças e cabimento
- Reajuste por índice em materiais e insumos – Previsão da IN nº 05/17
- Processamento da repactuação de acordo com a IN nº 05/17 com alterações posteriores
- Entendimentos do TCU e da AGU

PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controle interno, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, bem como todos os agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação pública.



Curso 2:

RESCISÃO DO CONTRATO, APLICAÇÃO DE SANÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES E A LEI ANTICORRUPÇÃO

Carga horária: 16h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer fundamentos, passo a passo e efeitos da rescisão do contrato e das sanções administrativas aplicáveis aos contratados.
- Conhecer as responsabilidades do fiscal, da autoridade e da assessoria jurídica na rescisão contratual e na aplicação de penalidades.
- Conhecer as consequências e sanções aplicáveis aos agentes públicos previstas na Lei de Improbidade Administrativa e as aplicáveis pelo TCU.
- Conhecer as repercussões da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e do Decreto nº 8.420/15 nas contratações públicas.
- Conhecer os principais entendimentos do TCU e dos tribunais superiores sobre a aplicação de sanções pela Administração.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Decisão de rescindir o contrato – O que deve ser ponderado
- Indenização ao particular em caso de rescisão – Danos emergentes e lucros cessantes
- Passo a passo do procedimento para a rescisão do contrato
- Quando aplicar as penalidades previstas nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02
- Extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar e da declaração de inidoneidade – Entendimentos do TCU e do STJ
- Impedimento de licitar e contratar de acordo com o pregão – Efeitos
- Declaração de inidoneidade e manutenção de outros contratos com a empresa penalizada – Entendimentos do TCU e do STJ
- Multas moratória e compensatória – Quando aplicar
- Procedimentos, responsabilidades e competência para o processamento da aplicação de penalidades
- Passo a passo e *checklists* dos procedimentos para aplicação das penalidades
- Lei Anticorrupção e responsabilidade objetiva da empresa – Repercussões nas licitações e nos contratos
- Sanções administrativas previstas na Lei Anticorrupção e autoridade competente
- Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) – Competência para instauração e julgamento – Portaria nº 910/15 da CGU
- Acordo de leniência – Competência – Efeitos
- Programa de integridade – Em que consiste – Impactos na redução da penalidade – Portaria nº 909/15 da CGU
- Responsabilização de mais de um agente por uma mesma infração
- Responsabilidade X Falta de capacitação para o exercício da função
- Responsabilidade do assessor jurídico pela emissão de pareceres nos processos de contratação pública
- Infrações e sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa
- Sanções que podem ser aplicadas pelo TCU aos agentes públicos – Procedimento a ser observado
- Crimes da Lei nº 8.666/93 que podem ser praticados pelos agentes públicos – Penas
- Entendimentos do STJ e do TCU



PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controle interno, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, bem como todos os agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação pública.



Curso 3:

FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A IN Nº 05/17

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

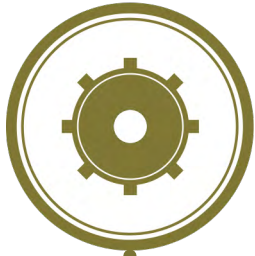
- Conhecer os procedimentos e documentos da fiscalização dos contratos de terceirização.
- Conhecer as principais providências, os cuidados e os documentos a serem exigidos para a fiscalização eficiente dos contratos de terceirização de serviços, incluindo a criação e a gestão da conta vinculada para provisionamento de verbas trabalhistas.
- Conhecer os principais riscos trabalhistas da Administração Pública e os documentos e as cautelas para preveni-los.
- Conhecer os principais entendimentos do TCU e da jurisprudência trabalhista que impactam na fiscalização dos contratos de terceirização.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Repercussões das da IN nº 05/17 em relação à fiscalização dos contratos de terceirização
- Prevenção da responsabilidade trabalhista e prevenção da responsabilidade previdenciária
- Atribuições do gestor, dos fiscais técnico, administrativo, setorial e público usuário
- Regime jurídico-administrativo – Documentos exigidos no início do contrato, mensalmente e anualmente
- Ateste da nota fiscal – Documentos e procedimento
- IMR - Instrumento de medição de resultado
- Glosa e retenção de pagamento – Hipóteses de cabimento
- Pagamento direto aos empregados e depósito na Justiça do Trabalho
- Prorrogação e condições específicas previstas na IN nº 05/17
- Repactuação, reajuste e revisão
- Reajuste por índice para insumos e materiais
- Procedimento da repactuação e perda do direito
- Regime trabalhista – Diretrizes e previstas na IN nº 05/17
- Criação da conta vinculada para depósito de verbas trabalhistas e pagamento pelo fato gerado
- Entendimentos do TCU, da AGU e dos tribunais trabalhistas

PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores do contrato, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais de controles interno e externo, pregoeiros e membros de equipes de apoio, membros de comissões de licitação e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de terceirização de serviços da Administração Pública.



Curso 4:

COMO FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Discutir questões polêmicas e situações concretas que envolvem aspectos técnicos e jurídicos para uma gestão eficiente dos contratos de obras e serviços de engenharia.
- Conhecer os limites para alterações de projeto e acréscimos/supressões contratuais sob o enfoque da Lei de Licitações, do Decreto nº 7.983/13 e do TCU.
- Conhecer os requisitos e a formalização para prorrogação de prazo, reajuste e revisão, subcontratação, rescisão e aplicação de sanções nos contratos de engenharia.
- Adotar medidas seguras no acompanhamento e na fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, buscando evitar responsabilizações perante os órgãos de controle.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Agentes públicos da fiscalização de obras – Atribuições e responsabilidades
- Importância do caderno de encargos, do diário de obras e do plano de gerenciamento de riscos
- Licenças ambientais e práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental
- Métodos e cautelas para a medição nas empreitadas por preço global, por preço unitário, integral e no regime *turn key*
- Pontos críticos da execução do contrato de obra e a importância prática de um Plano de Gerenciamento de Riscos
- Cautelas e boas práticas na fiscalização dos contratos das obras, de elaboração de projetos e na manutenção predial
- Alterações do objeto – Limites e regras do Decreto nº 7.983/13
- Como evitar o jogo de planilhas
- Obras X Sistema de Registro de Preços
- Erros no projeto e responsabilidade do autor
- Prorrogação do prazo de execução
- Revisão e reajuste
- Rescisão e aplicação de penalidades – Procedimentos
- Garantias contratuais
- Subcontratação e cessão – Cautelas na gestão do contrato para garantir qualidade e solidez na obra
- Entendimentos do TCU e dos tribunais superiores

PÚBLICO-ALVO:

Engenheiros, fiscais e gestores de contratos, agentes públicos de departamentos de obras e de contratos, assessores jurídicos, procuradores, advogados, auditores, agentes da área de controle, membros das comissões de licitação, pregoeiros, bem como todos os profissionais que atuam nos procedimentos de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia.



Curso 5:

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA VISÃO DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer acórdãos importantes do TCU, bem como julgados dos tribunais superiores sobre temas fundamentais do contrato administrativo relacionados com responsabilidade dos agentes; formalização dos contratos; garantia contratual; especificidades da contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como de obras e serviços de engenharia; alterações qualitativas e quantitativas (acréscimos e supressões); prorrogação dos prazos de execução e de vigência; revisão, reajuste e repactuação; e, por fim, sanções administrativas.
- Conhecer os entendimentos das cortes de contas e dos tribunais, as recomendações, os apontamentos e as repercussões, dominando boas práticas para evitar problemas, além de possibilitar a condução de licitações de forma mais segura.
- Dominar boas práticas para planejar e executar contratos com mais eficiência e afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Responsabilidade do fiscal, da autoridade e do assessor jurídico
- (Im)Possibilidade de negativa do fiscal para a nomeação para o cargo
- Substituição do instrumento de contrato – Cabimento
- Medição da obra X Regimes de empreitada por preço unitário e empreitada por preço global
- Adoção da contratação integrada e da semi-integrada X Alterações do contrato
- Diferença e cabimento das alterações qualitativas e quantitativas
- Compensação entre itens acrescidos e suprimidos
- Garantia como requisito para a formalização do contrato
- Fiscalização do contrato por amostragem e a conta vinculada X Elisão da responsabilidade subsidiária trabalhista
- Erros na planilha de custos verificados apenas na execução do contrato – O que fazer?
- Descumprimento de obrigações trabalhistas X Retenção de pagamento
- Prorrogação do prazo de execução e do prazo de execução
- Prazo da ata e dos contratos que decorrem de SRP
- Falta de previsão de reajuste e de repactuação
- Repactuação – Divisão em montantes de mão de obra e insumos – Processamento e contagem do prazo
- Preclusão do direito à repactuação, ao reajuste e à revisão
- Regime sancionatório da Lei nº 10.520/02 e da Lei de Licitações
- Extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar, da declaração de inidoneidade e do impedimento de licitar e contratar
- Declaração de inidoneidade e a manutenção de outros contratos firmados com o mesmo contratante

PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos processos de contratação pública.